

**DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA: DISCURSOS E PRÁTICAS DA  
IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL  
(1962-1969)**

Autor: Márcio Ananias Ferreira Vilela<sup>1</sup>

Programa de Pós-Graduação em História

Email: [ananiasvilela@hotmail.com](mailto:ananiasvilela@hotmail.com)

Este artigo propõe a análise dos conflitos e mudanças na Igreja Presbiteriana do Brasil - IPB - entre 1962 e 1969, procurando entender como essas disputas pouco a pouco contribuíram para fortalecer uma relação de comprometimento negociada entre a Igreja e os militares, que estabeleceram o regime de exceção com o golpe de 1964, no Brasil. O período proposto para análise justifica-se pela possibilidade de estudarmos como ocorreram disputas internas que permearam a IPB nos dois anos antecedentes ao golpe, quando se observa um intenso debate sobre as reformas sociais e ao papel que a igreja deveria exercer na sociedade. Também poderemos entender o conjunto de práticas e discursos presente nessa instituição até 1969, quando da publicação do AI5 e da consolidação na IPB, de uma orientação religiosa e política legitimadora e porta voz das ações governamentais.

Os conflitos no interior da IPB se tornaram mais intensos no início da década de 1960, quando certo setor da Igreja, influenciado pela teologia do Evangelho Social, chamava a atenção para a sua responsabilidade social, tendo em vista as rápidas transformações por que passava a sociedade no Brasil (MATTOS, 1965). Esse grupo ganhava uma notável projeção, em parte, em função dos debates sobre as reformas que o Brasil deveria realizar, como as de Bases, associado a forças políticas dos setores de esquerda durante o governo de Jango. Nesse período, sobretudo a partir de 1963, tal grupo da IPB incentivava “seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunha de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fabricas...”. (DIGESTO PRESBITERIANO, 1962, pp. 107-109). Ao mesmo tempo e em oposição a esse direcionamento, se estrutura um considerável esforço por parte de outro segmento da IPB. As diretrizes deste último também eram apresentadas em inúmeras

---

<sup>1</sup> O autor é mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, e atualmente realiza seu doutorado no referido Programa.

publicações no jornal Brasil Presbiteriano - sobretudo no início da década de 1960 – com o objetivo de inibir a participação dos membros desta instituição na vida política e partidária do país. (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, FEV, 1960, p. 07). Esse posicionamento era reforçado por uma teologia que – segundo o filósofo e teólogo Rubem Alves, no livro *Religião e repressão* – procurava estimular incessantemente certa passividade nos membros desta Igreja para com as questões políticas e sociais. (ALVES, 1982). Este embate, intensificado a partir de 1962, delimitava os campos de ação entre os que acreditavam na necessidade da Igreja em assumir um compromisso político e social, e aqueles os quais afirmavam ser a responsabilidade política e social uma função do Estado, sendo o papel fundamental da Igreja garantir a salvação eterna, princípio de toda a transformação social, política e econômica da sociedade. (NOGUEIRA, 1965). Em maio de 1962 foi publicado no jornal Brasil Presbiteriano (BP) um discurso que causou intensos debates na Igreja nos meses seguintes. Neste artigo, o segmento nomeado conservador já defendia a necessidade de uma intervenção armada no Brasil, pois “precisamos de homens de caráter... coloque-se nos postos chaves do país homens deste alto coturno [grifo do original] e tudo mudará de figura e de rumo como por encanto”. (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, FEV, 1960, p. 07). Este ambiente de tensão é constantemente verificado até 1964, quando temas como a reforma agrária, crise social e política, Igreja e sociedade, cristianismo, comunismo e anticomunismo e as reformas de bases, freqüentemente entravam em pauta de discussão entre esses dois segmentos aqui em evidência.

Após os acontecimentos de 31 de março de 1964, esses setores conservadores da IPB agem buscando intensificar uma série de práticas de vigilância e punição. Tais ações deveriam eliminar as divergências internas quanto ao posicionamento teológico, político e social da Igreja. Dentre as várias medidas nessa direção, destacamos o posicionamento do Supremo Concílio em sua XXVI reunião ordinária, realizada em julho de 1966, em Fortaleza, quando aprova a resolução de nº 06, criando a Comissão Especial dos Seminários (CES) com poderes para reestruturar e/ou organizar as Diretórias dos Seminários e expulsar professores e alunos. (DIGESTO PRESBITERIANO, 1966). Esse direcionamento parece responder aos anseios de algumas Igrejas Presbiterianas de Pernambuco. Reunidos em 1965 na cidade do Recife, alguns representantes da cúpula da IPB já alertavam para a necessidade de constante vigilância contra possíveis posicionamentos considerados subversivos, adotados por integrantes do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), com sede no Recife. (JORNAL BRASIL

PRESBITERIANO, AGOSTO, 1965, p. 06). De acordo com alguns relatórios produzidos pela CES, após 1966, quatro professores e vários alunos do SPN foram atingidos pela atuação desta Comissão, muitos dos quais acusados de divulgarem idéias subversivas. Para o historiador Carlos Fico, durante o regime militar “professores também eram constantemente perseguidos... tudo deveria ser feito para que os intelectuais opositoristas fossem silenciados, inclusive com pressões encaminhadas aos seus superiores”. (FICO, 2001, pp. 189-191). Dentre esses docentes, destaca-se João Dias de Araújo, excluído da função de professor, exercida desde 1960, por ordem da CES, que o acusava de propagandista do comunismo. (ARAÚJO, 1985).

Tais atuações se dão em concordância com o sentimento de que seria necessário e urgente salvar a Igreja e o Brasil de um inimigo maior, o comunismo. Este posicionamento e envolvimento nos assuntos políticos, sobretudo com o crescente apoio a Ditadura Militar, eram apresentados por esse segmento da Igreja como uma ação salvacionista, de ordem teológica, e não política. Diante disso, uma questão que podemos suscitar versa justamente sobre a atuação desse grupo entre 1962 e 1969. Como, pouco a pouco, esse setor se insere e passa a integrar uma rede social e política de apoio ao Regime Militar? E quais estratégias são utilizadas para representar esse movimento como sendo apenas do nível do espiritual, do religioso, tentando desmobilizar qualquer caráter político.

O que podemos afirmar é que desde o início da década de 1960, circulava entre os presbiterianos o medo de um avanço mais intenso dos comunistas na sociedade. Este sentimento também era compartilhado por outros grupos (empresários, militares e intelectuais) e, de certo modo, contribuiu para formar uma ampla rede social pró-militares em 1964, como descreve René Dreifuss. Para Valdir Gonzales,

“Houve uma correlação de mentalidade e expectativa que permeavam o cenário sócio-político brasileiro e o religioso presbiteriano, o que fez com que os Militares fossem encarados como uma espécie de salvadores da nação”. (PAIXÃO JUNIOR, 2000, p. 163).

Sobre essa rede social que se forma em 1964, José Ferreira de Lima Junior, analisando o Protestantismo e o golpe militar de 1964 em Pernambuco, entende que “o golpe militar encontrou nos protestantes um eficiente aliado”. (JUNIOR, 2008). Essa relação construída entre os militares e um setor da IPB, que pouco a pouco se tornava

majoritário, é reforçada ao pensarmos a participação de várias igrejas presbiterianas nas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade ao lado de católicos e de outros segmentos evangélicos. (SIMONE, 1985). Segundo Solange de Deus Simões, que estuda a participação das mulheres no golpe de 1964, essas marchas constituíam um movimento bastante eficaz e heterogêneo capaz de reunir em todo o país milhões de pessoas das mais variadas instituições religiosas. (SMONE, 1985). De acordo com José Ferreira, no Recife, inúmeras igrejas engrossaram as fileiras dessas marchas, que eram convocadas pela Cruzada Democrática Feminina do Recife (CDFR), entidade que em nível nacional integrava o grupo feminino do Complexo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Assim, no dia 09 de abril de 1964, a Igreja Presbiteriana da Boa Vista (IPBV) uma das principais igrejas evangélicas de Pernambuco, participava ativamente deste evento civil que contara com aproximadamente 200 mil pessoas. JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 DE ABRIL, 1964, p. 02).

Em Pernambuco, o estreitamento dessas relações pode ser observado durante as comemorações do 1º aniversário do golpe civil-militar, nomeado pela Igreja de *Revolução Redentora*. Em matéria de 02 de abril de 1965, o Jornal do Comércio divulga a realização de um culto de agradecimento pela presença dos militares no governo e, em particular, a atuação do general Castelo Branco na presidência da república. O ato foi organizado pela Igreja Presbiteriana da Boa Vista, com a participação de representantes das forças armadas e vários políticos locais. (JORNAL DO COMÉRCIO, 02 DE ABRIL, 1965). Em seu boletim, esta igreja afirma que o culto rende graças a Deus “por estarmos em clima de liberdade...”. (BOLETIM DA IPBV, RECIFE, 01 DE ABRIL DE 1965). Tais informações reforçam a idéia apresentada por Kenneth Serbin, de que a “Igreja Presbiteriana, em todo o país, apoiava amplamente o regime”. (SERBIN, 2001, p.122).

Tal posição de setores da IPB, buscando legitimar o golpe civil-militar e fazer permanecer os representantes deste no poder, em muito se assemelha à política adotada inicialmente pela Igreja Católica. Entretanto, como afirma Daniel Aarão (REIS FILHO, 2005, pp. 29-520), o comprometimento por parte significativa da Igreja Católica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – sua cúpula institucional – aos militares passa a ser questionado internamente e repensado no final da década de 1960. No livro *Cristianismo e política*, o cientista político Robson Cavalcanti afirma que no momento em que a Igreja Católica repensa seu apoio ao militares, principalmente a partir de 1968, a Igreja Presbiteriana do Brasil, em sua quase totalidade integrada à ARENA, consolida uma

posição explícita de apoio às políticas dos governos militares. (CAVALCANTI, 1985, pp. 204-215). A partir do final da década de 1960, período considerado de maior endurecimento do Regime Militar, sobretudo com a suspensão das liberdades civis por meio da implantação do AI5, setores do governo adotaram a estratégia de isolar a Igreja Católica, passando a fazer “concessão de maior liberdade a religiões concorrentes... que vinha ganhando adesões no Exército e na população em geral”. (SERBIN, 2001, p. 121).

Essa consolidação das relações entre o Estado e segmentos da IPB tendeu a garantir, para membros de algumas importantes famílias ligadas à Igreja, o acesso a altos cargos da administração pública do país. O sociólogo Paul Freston, em seu livro *Política evangélica no Brasil: do Império à abertura*, analisa que após o golpe vários líderes leigos passaram a assumir posições de relevância no regime. (FRESTON, 2001, p. 122). Além da presença de presbiterianos em cargos administrativos de relevância, essas relações foram sendo reafirmadas posteriormente com a participação de integrantes da IPB em cursos oferecidos pela ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) e pela ESG (Escola Superior de Guerra) sobre segurança nacional e desenvolvimento econômico. Este envolvimento entre um determinado segmento civil e a ESG foi analisada por René Dreifuss, quando versa sobre a capacidade desta instituição em sociabilizar e/ou doutrinar os mais diversos grupos da sociedade civil durante o regime. (DREIFUSS, 2006, PP. 85-90).

Uma das possíveis questões que podemos pensar refere-se à intencionalidade política que pouco a pouco vai se constituindo a partir desse encontro entre a IPB e o Regime Militar. É importante destacar a visão apresentada pelo filósofo e teólogo Rubem Alves, para quem a Igreja identifica nesse momento de apoio ao projeto político instituído pelos governos militares, uma real oportunidade de consolidar-se como poderosa instituição religiosa. (ALVES, 1982). Como afirmou o representante da IPB, “*à hora é chegada*”. Esse posicionamento da Igreja também foi analisado por Valdir Gonzales em sua dissertação de mestrado, quando faz uso de uma série de depoimentos orais. Destacamos a memória de Paul Pierson, pastor norte americano que trabalhou na IPB durante esse período. Afirma Pierson, em sua entrevista, que a Igreja havia desenvolvido uma linha dura e de direita, em parte, “para obter o favor dos militares...”. (PAIXÃO JUNIOR, p. 217).

Desse modo, este artigo ao analisar os conflitos e mudanças na IPB, bem como sua relação de comprometimento com o Regime Militar, busca problematizar os movimentos políticos e sociais que possibilitaram o apoio de um amplo setor civil na dinâmica de uma Ditadura Militar no Brasil. Ou seja, tentaremos compreender como a IPB geriu e direcionou seus conflitos e interesses no sentido de validar um regime de exceção, e como representou tal opção política como uma ação teológica a partir de um discurso que suprimia setores ligados ao Evangelho Social.

Por fim, devemos observar também, parte da historiografia que estuda o golpe civil-militar de 1964 e a presença dos sucessivos governos militares tem passado - a partir do final da década de 1970 - por significativas redefinições. Esse constante repensar demonstra o próprio caráter crítico/analítico da produção historiográfica e também expressa a dimensão da complexidade que permeia certos acontecimentos recentes da história do Brasil, como as relações que a IPB mantém com os militares.

É neste sentido que as ações militares de 1964 pouco a pouco deixam de ser compreendidas apenas como algo arquitetado estritamente por setores das forças armadas. Para Dreifuss, 1964 seria o resultado de um trabalho bem articulado por segmentos de várias organizações e setores sociais, capital internacional, empresários nacionais, intelectuais, militares, movimentos femininos, Igreja Católica e partidos políticos, constituindo-se numa importante base de apoio à ditadura militar, preocupados com a preservação do *status quo*. (DREIFUSS, 2006). Mais recentemente, Daniel Aarão também trouxe para o debate historiográfico essa significativa discussão, afirmando a importância dos grupos civis para a consolidação das ações militares que resultou nos acontecimentos de 1964. Para ele, “a ditadura militar, não há como negá-la... foi um processo de construção histórico-social...”. (REIS FILHO, 2004, p. 50). Sobre essa ampla rede social, Michel Lowy, em seu artigo *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* destaca a participação e legitimação por parte da CNBB ao golpe civil e militar de 1964. No entanto, explica que ao final da década de 1960 esse posicionamento de apoio, pouco a pouco, transforma-se numa importante oposição ao regime. Essa mudança em parte está associada ao peso da “base da Igreja, os milhares de cristãos, leigos ou membros do clero... engajados no combate ao regime de exceção... que foram sem dúvida, o ‘motor’ da transformação da instituição”. (LOWY, 2007, p. 110). Paralelamente a esse movimento – afirma Kenneth Serbin, como já mencionamos anteriormente – os militares aperfeiçoaram de maneira significativa, a partir do final da década de 1960, suas relações com outros

grupos religiosos, concedendo-os maior grau de liberdade e espaço no governo, como a participação em importantes cargos administrativos. É nesse cenário que destacamos a importante relação entre a Igreja Presbiteriana do Brasil e os militares entre 1962 e 1969, momento de endurecimento do regime com a instalação do AI5.

Um dos artigos que trata da relação entre a IPB e o regime militar foi elaborado pelo historiador e professor da Universidade Presbiteriana do Mackenzie, Sr. Silas Luiz de Souza. Para o autor, “a IPB deu apoio oficial ao governo militar, incentivando seus ministros, presbíteros e membros em geral a seguirem os passos da liderança eclesiástica”. (SOUZA, 2004, pp.107-123). Ao mesmo tempo, afirma que a IPB haveria provocado um intenso retraimento ou a total extinção, no interior da Igreja, das discussões acerca da realidade social e política brasileira, e do papel que a Igreja deveria desempenhar. O historiador Joanildo Burity detalha que estas discussões eram realizadas de maneira sistemática entre os anos 1950 e 1962, provocando, no interior da IPB, intenso debate sobre o papel político e social da Igreja. (BURITY, 1990). Privilegia, portanto, em sua análise a última dessas reuniões, a Conferência do Nordeste, intitulada Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, realizada entre os dias 22 e 29 de julho de 1962, no Colégio Agnes Erskine, na cidade do Recife. Para Joanildo, após o golpe civil-militar de 1964, várias entidades religiosas que realizavam trabalhos e discussões políticas e sociais, como o Setor de Responsabilidade Social da IPB e a Comissão de Igreja e Sociedade, ligada à Confederação Evangélica do Brasil (entidade evangélica interdenominacional), foram desorganizadas ou mesmo extintas.

Outro importante autor que trata acerca deste período é o filósofo Rubem Alves, em seu livro *Religião e repressão*. De modo geral, podemos afirmar que elabora uma análise sócio-cultural-teológica acerca do protestantismo, sobretudo da IPB, referente às décadas de 1950 a 1970; para ele, este é um período marcado por intolerância, esclerosamento institucional da IPB, severa repressão contra os divergentes da posição religiosa e da aliança estabelecida com os militares. Ademais, em alguns capítulos de seu livro, vamos encontrar o autor atentando para esse alinhamento com os militares como uma busca da IPB para se projetar ou se consolidar como importante instituição religiosa. Ou seja, a Igreja, ao legitimar o estado de exceção, objetivava também construir mais espaço e controle do campo religioso e, conseqüentemente, político, no Brasil.

Mais recentemente, um dos poucos autores intensamente preocupados em compreender os meandros dessa relação que envolve a IPB e significativos setores

militares é Valdir Gonzales Paixão Junior, que no ano de 2000 apresentou, no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, sua dissertação de mestrado intitulada *A era do trovão: poder e repressão na IPB no período da ditadura militar (1966-1977)*. Em seu trabalho, o autor diz que o importante não é saber se a posição de alinhamento com os militares, adotada pela IPB após o golpe civil-militar de 1964, é reflexo ou simples incorporação das práticas e mecanismos repressivos utilizados pelo regime militar, como pensam alguns setores da Igreja na atualidade, mas entender que forças levaram a IPB a manter um intenso diálogo e compromisso ideológico com os militares, assim como o desenvolvimento dessas práticas de repressão interna. Entre outras análises, afirma que as semelhanças de posição entre a IPB e o Regime residem no fato de a Igreja perceber, logo após 1964, os inúmeros ganhos que lhe proporcionaria esta aliança, como prestígio político e social, além do possível crescimento institucional. Para o autor, esses aspectos constituiriam a explicação do caráter ditatorial, perseguições, delações, denúncias, punições, cassações, ex-comunhões, fechamento de templos, entre inúmeras outras práticas punitivas presentes no cenário religioso e político desta Igreja durante o regime militar.

Nesse sentido, nos interessa pensar como se deu o movimento que possibilitou a IPB à posição de comprometimento com o Regime. Ao contrário de parte da historiografia, não desejamos denunciar o apoio da IPB a ditadura no Brasil. Pretendemos pensar o “entre”, para citar Deleuze, que constituído por estratégias e táticas, idas e vindas, fez a IPB se organizar e direcionar seu apoio ao Estado de exceção no Brasil

### Referências Bibliografia

- ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueira*. Instituto Superior de Estudos da Religião: Rio de Janeiro, 1985.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- BORGES, Pinho. *A saga do carvalho: estudo iconográfico da Igreja Presbiteriana da Boa Vista*. Recife: Comunigraf, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- BURITY, Joanildo. *Os protestantes e a Revolução Brasileira 1961-1964: A Conferência do Nordeste*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 1990.
- CAVALCANTI, Robson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985.
- COUTROT, Aline. *Religião e política* IN RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2º edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- CUNHA, Diogo. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife, Editora da UFPE, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972 a 1999*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6º edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- LOWY, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* IN FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRESTON, Paul. *Evangélicos na política: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.
- GOMES, Ângela Maria de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2º edição. Rio de Janeiro: editora Praia, 1965.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5º edição. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- NOGUEIRA, Alcide. *O “evangelho social” e a igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: editora Casa Publicadora Batista, 1965.
- PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória* IN MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3º edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

RÉMOND, René. *Uma história do presente* IN RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2º edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Silas Luiz de. *A IPB e o governo militar de 1964* IN Revista Teológica. Seminário Presbiteriano do Sul, vol. 64, Janeiro-junho/2004, n°57.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. *De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)*. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, 2006.